

Novos desafios para os direitos humanos

LUÍZ COUTO E PEDRO WILSON

Deputados (respectivamente, pelo PT-PB e PT-GO), integram a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara

A agenda pública de 2008 contém excepcional convergência de datas simbólicas e processos de mobilização em direitos humanos com reflexos nas políticas sociais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos — principal pacto já produzido pela humanidade — chegará à maturidade dos seus 60 anos em 10 de dezembro, ensejando debate amplo sobre como atualizar o próprio conceito dos direitos humanos e reafirmar os compromissos que o documento traduz.

Este ano também é marco dos 40 anos das lutas de Maio de 1968 e da edição do AI-5 pela ditadura militar, e dos 20 anos da Constituição Cidadã. Essas e outras datas instigam uma abordagem integrada dos direitos humanos, que os coloquem como começo e fim da ação do Estado. A reflexão sobre nosso passado vai motivar a busca de caminhos para um Brasil mais justo.

Uma oportunidade para encarar os desafios do presente e do futuro próximo é a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, prevista para dezembro, num inédito formato tripartite, englobando sociedade civil, parlamento e governo. Antecedida de conferências estaduais em meados do ano, terá como objetivo central a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de modo a incorporar a dinâmica das lutas e formulações acumuladas desde sua última edição, em 2002.

Espera-se um salto qualitativo no conteúdo, com ampla participação de todos os estados e muitos municípios. Afinal, cabe ao PNDH definir paradigmas coerentes com a Declaração Universal e outros instrumentos internacionais assinados pelo Brasil que impactam os direitos humanos no mundo do trabalho, saúde, educação, meio ambiente, alimentação e acesso à terra e à água; acolhe as diversidades de gênero, orientação sexual, étnicas e religiosas; incide sobre a questão das migrações internacionais e permite tratar a comunicação como direito e não apenas como negócio.

A Conferência Nacional deve acolher esses temas, já respaldados em princípios constitucionais e tratados compartilhados pelo Brasil, mas carentes de divulgação e implementação. Para tanto, alguns fóruns têm reunido órgãos do poder público, sociedade civil e setor empresarial na busca de novos consensos face a novas realidades. O Pacto pela Diversidade (para garan-

tir que as pessoas negras tenham acesso ao mercado de trabalho bancário), a campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, o Grupo de Trabalho pelo Combate à Violação dos Direitos Humanos na Internet, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa são alguns dos espaços constituídos recentemente, com apoio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a demonstrar a vitalidade da cooperação entre sociedade e Estado.

Incorporar as novas dimensões dos direitos humanos é tão importante quanto fortalecer as parcerias para enfrentar as velhas formas de violência contra o cidadão. Nesse sentido, a agenda dos direitos humanos deve valorizar as ações pela paz e por uma segurança cidadã. É preciso que os estados assumam suas cotas de responsabilidade no que diz respeito às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil sobre a segurança pública como direito humano. Especial atenção deve ser dada ao controle dos serviços de segurança privada, que está proliferando tão rapidamente quanto sua contaminação por milícias responsáveis por crimes nas cidades e no campo. É inaceitável que a imagem do Brasil seja projetada por forças de segurança identificadas por uma caveira cravada em um punhal. Os governos dos estados têm um lugar a ocupar na parceria por um Brasil reconhecido pelo padrão de qualidade de seus serviços de segurança pública.

A Conferência Nacional de Direitos Humanos também pautará a necessidade de se criar uma espécie de Relatório de Impacto Social dos empreendimentos econômicos, a exemplo dos relatórios ambientais. Afinal, a viabilidade de um projeto deve ser avaliada também pelos custos para as populações atingidas; e contabilizados os danos eventualmente causados aos direitos humanos de todos os envolvidos.

Na pauta do Congresso Nacional, destaca-se o projeto de lei que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos, para fortalecer o colegiado com participação mais ampla da sociedade e dotá-lo de instrumentos mais eficazes para sua intervenção. Também são prioridades a aprovação da Convenção Internacional sobre Desaparecimentos Forçados e da Convenção Internacional sobre Pessoas com Deficiência. Sem dúvida, 2008 é um ano muito especial para que os direitos humanos sejam percebidos como direitos de todos.